

ATA DE REUNIÃO - II RAE 2022

1. Informações Gerais		
Data: 21/07/2022	Horário: 08:00 h	Local: Auditório do Centro Administrativo TJMA

2. Participantes

	PARTICIPANTES	UNIDADE
1	ALEXANDRE MAGNO DE SOUZA NUNES	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
2	AMANDA MAYA ROSA GUARÁ GAIOSO	COORD. DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA
3	ANA LARISSA DOS SANTOS SERRA	COORDENADORIA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E SOLUÇÃO DE CONFLITOS
4	ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO	JUIZ - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS (NUGEPNAC)
5	BIANCA BAPTISTA RAMOS	NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS (NUGEPNAC)
6	BIANCA GIORDANA PINTO SOARES	ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO
7	CARLOS ANDERSON DOS SANTOS FERREIRA	DIRETORIA GERAL
8	CÉLIA REGINA PEREIRA DA SILVA	DIRETORIA FINANCEIRA
9	CHRISTOFFERSON MELO CUNHA DE OLIVEIRA	DIVISÃO DE ACERVO JUDICIAL E HISTÓRICO

10	CLARICE MÔNICA DUTRA BOAZ	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO
11	CLARIDELMA BARROS BRASIL MESQUITA	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
12	CLAUDIO HENRIQUE CARNEIRO SAMPAIO	DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO
13	CRISTIANO DE JESUS SOUSA DE ABREU	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO
14	DANIELLE ROCHA LIMEIRA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA
15	DIANA DOS SANTOS TELES	COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA
16	EDUARDO HELDER PACÍFICO PINHEIRO	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
17	EDUARDO HENRIQUE CUTRIM FALCÃO	COORDENADORIA DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA
18	ERNANE CANDEIRA MACHADO	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO
19	FERDINANDO MARCO GOMES SEREJO SOUSA	JUIZ - COORDENADOR DO TOADALAB/LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO
20	FILOMENA MARTINS ISRAEL DE AZEVEDO	DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS
21	FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR	JUIZ/LGPD
22	HAYLA CASTELO BRANCO	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL
23	ISABELLA CAROLINA SILVA E SILVA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

24	JOELMA REGINA DO NASCIMENTO	COMITÊ DA DIVERSIDADE
25	JOSÉ NILO RIBEIRO FILHO	JUIZ - GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
26	JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS	DIRETORIA DE AUDITORIA INTERNA
27	KEILA FONSÊCA DA SILVA	DIRETORIA ADMINISTRATIVA
28	LAERCIO LEÃO AMARAL	DIRETORIA JUDICIÁRIA
29	LEDA ALICE DO NASCIMENTO RIBEIRO PINTO	CHEFIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
30	LIANA RACHEL BANDEIRA COSTA	DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
31	LUANDA SANTOS TRINDADE	TOADALAB/LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO
32	LUCAS CARRERA	FALCONI
33	LUCIANA SOARES DE VASCONCELOS BAÍA	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU
34	LUIZ CLÁUDIO PATRÍCIO DE LIMA	DIRETORA DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS
35	MARCELA SANTANA LOBO	JUÍZA - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS (NUGEPNAC)
36	MARCELO ELIAS MATOS E OKA	JUIZ - COORDENADORIA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E SOLUÇÃO DE CONFLITOS
37	MARCIO CASTRO BRANDÃO	JUIZ - COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO
38	MARCO ADRIANO RAMOS FONSÊCA	JUIZ - COMITÊ DA DIVERSIDADE

39	MARA RÚBIA SOUSA SILVA	FERJ
40	MARIANA CLEMENTINO BRANDÃO	DIRETORIA GERAL
41	MARIANY MELO OLIVEIRA	COORDENADORIA DE SERVIÇO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E PSICOSSOCIAL
42	MAYCON WENDEL CORREA SILVA	DIVISÃO DE ESTATÍSTICA DA CGJ
43	MIGUEL ANTONIO FIGUEIREDO MOYSES	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO (UMF)
44	MÔNICA TERESA COSTA SOUSA	ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO
45	OSMAM AGUIAR BACELLAR NETO	ESMAM
46	RODRIGO ERICEIRA VALENTE DA SILVA	ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS E ESTRATÉGICOS (EGP)
47	TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES NINA	JUÍZA-COORDENADORA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CGJ
48	TICIANY GEDEON MACIEL PALÁCIO	JUÍZA - GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA CGJ
49	VANESSA ALEXSANDRA SOUZA GOMES	NÚCLEO DE GESTÃO DE PROCESSOS INSTITUCIONAIS (NGPI)
50	CLAUDIO MARCOS OLIVEIRA COUTINHO	CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
51	RODRIGO REIS LOBO DE REZENDE	DIA
52	ANDERSON MAIA DE UNA CARVALHO	DIA
53	NATHÁLIA R.S. DE OLIVEIRA	DIRETORIA DE INFORMÁTICA
54	PAULA GARDÊNIA COSTA SERRA	GAB. DES. MARCELINO

		EVERTON
55	KÁSSIA DO CARMO BRITO DA SILVA	DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
56	LUANNE DE F. P. BATALHA	SDIGM
57	CARLOS RODRIGUES SANTOS	AUDITORIA INTERNA
58	JONAS FRANÇA	ASS. JUDICIÁRIA
59	MARIA HILÂNIA DE S. TORRES	NUGEPNAC
60	GIVANILDO MARQUES	DIA
61	MARIANA CARNEIRO C. NASCIMENTO	AGEM
62	DANIEL PEREIRA DE SOUZA	AGEM
63	MAÍSA VIDAL	FERJ
64	MARCOS SOUTRO	FERJ
65	LUCAS MATOS	FALCONI
66	RAIMUNDO JUNIOR	GA. DES. GONÇALO
67	JESSÉ DOS SANTOS VIEIRA	AGEM
68	DÉBORA CRISTINA C. VILAS BOAS	DIVISÃO OBRAS E SERVIÇOS
69	MIRELA SILVA NUNES	ASCOM DA PRESIDÊNCIA

3. Objetivo da Reunião

- Monitoramento do Plano Estratégico (2021-2026) e dos Projetos Estratégicos apresentados pelos Líderes de Projetos do TJ MA.

4. Pauta

- Abertura Presidente Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira;
- Apresentação dos indicadores, metas audaciosas e dos macrodesafios estabelecidos do Planejamento Estratégico de 2021-2026 - Marcio Castro Brandão, bem como do avanço físico dos Projetos Estratégicos da AGEM, com a participação do consultor Lucas Carrera Matos, da Falconi (Slides anexos)
- Apresentação dos indicadores, metas audaciosas e dos macrodesafios estabelecidos do Planejamento Estratégico de 2021-2026 das unidades pelos Líderes dos Projetos Estratégicos, bem como do respectivo avanço físico (Slides anexos)

5. Deliberações

5.1 Indicadores e Metas Estratégicas

5.1.1 Indicadores e Metas Audaciosas

- Tornar-se o tribunal de médio porte mais produtivo até o término de 2026, considerando o resultado do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

Indicador	IPC-Jus					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria-Geral / Corregedoria Geral de Justiça					
Fórmula de Cálculo	Conforme Resolução CNJ nº 184/2013					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para verificar a produtividade e a eficiência relativas dos tribunais, que é verificado em um escore único ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária					
Situação Atual	67,0%					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
72,5%	78,0%	83,5%	89,0%	94,5%	100,0%	
2021	67%					
2022	Resultado ainda não divulgado					

- Atingir o selo “Diamante” no Prêmio CNJ de Qualidade até o término de 2026.

Indicador	Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade.					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização					
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{da pontuação alcançada nos eixos "Governança", "Produtividade", "Transparência, e "Dados e Tecnologia"} \div \sum \text{da pontuação máxima em todos os eixos}) \times 100$					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para indicar o Selo do CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança”, “Produtividade”, Transparência, e “Dados e Tecnologia					
Situação Atual	59,1% - Selo Prata					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
62% - Selo Ouro ¹	64% - Selo Ouro ¹	66% - Selo Ouro ¹	68% - Selo Ouro ¹	77% - Selo Diamante ¹	85% - Selo Diamante ¹	
2021	57.9% - Selo Prata					
2022	Resultado ainda não divulgado					

5.1.2 Indicadores e Metas dos macrodesafios

I. Garantia dos Direitos Fundamentais

Indicador	Índice de Acesso à Justiça – IAJ					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria – Geral / Corregedoria Geral da Justiça					
Fórmula de Cálculo	$(\text{Escore do Tribunal} - \text{Valor mínimo dos escores de cada Capital}) \div (\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo dos escores de cada capital})$ <i>*Para verificar todas as componentes do cálculo é necessário consultar o Glossário dos Indicadores de Desempenho do CNJ</i>					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para auxiliar no cumprimento do desafio de garantir acessibilidade à justiça de forma célere e com resolutividade					
Situação Atual	0,332					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
0,403	0,473	0,544	0,614	0,685	0,756	
2021	0,284					

¹ A obtenção do selo está atrelada a comparação dos resultados do Tribunal de Justiça do Maranhão com os outros Tribunais Estaduais.

2022	Resultado ainda não divulgado
------	--------------------------------------

II. Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

Indicador	Índice de Transparência				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência				
Fórmula de Cálculo	$\frac{\sum \text{dos pontos obtidos nas temáticas de transparência ativa e transparência passiva}}{\sum \text{dos pontos máximos nas temáticas de transparência ativa e transparência passiva}}$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para informar o nível de transparência ativa e passiva do Poder Judiciário Estadual do Maranhão				
Situação Atual	82,6%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
85,1%	87,7%	90,2%	92,7%	95,2%	97,8%
2021	91,30%				
2022	97,20%				

III. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicador	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	$\frac{\sum \text{de casos pendentes de Execução Fiscal no 1º grau}}{(\sum \text{de casos pendentes de Execução Fiscal no 1º grau} - \sum \text{de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau})}$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o percentual de casos de execução fiscal que permaneceram pendentes de solução ao final do período-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados) durante o período-base				
Situação Atual	91,0%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
86,2%	81,5%	76,7%	71,9%	67,2%	62,4%
2021	93%				

2022	87% (jan a jun/2022)
------	----------------------

Indicador	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	$\frac{(\sum \text{de casos pendentes} - \sum \text{casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau} - \sum \text{de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal})}{(\sum \text{de processos baixados} - \sum \text{de processos baixados de Execução Fiscal no 1º Grau} + (\sum \text{de casos pendentes} - \sum \text{casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau} - \sum \text{de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal}))}$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o percentual de processos, que no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.				
Situação Atual	68,0%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
64,8%	61,6%	58,4%	55,2%	52,0%	48,8%
2021	48%				
2022 – 1º GRAU	61% (jan a jun/2022)			Indicador Geral (PJMA) 59%	
2022 – 2º GRAU	56% (jan a jun/2022)				

Indicador	Índice de Atendimento à Demanda				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Corregedoria Geral da Justiça				
Fórmula de Cálculo	$\sum \text{de Baixados} \div \sum \text{de Casos Novos}$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados				
Situação Atual	125,0%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
129,9%	134,9%	139,8%	144,7%	149,7%	154,6%
2021	128%				
2022 – 1º GRAU	148% (jan a jun/2022)			Indicador Geral (PJMA) 134%	
2022 - 2º GRAU	77% (jan a jun/2022)				

IV. Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativas e aos Ilícitos Eleitorais

Indicador	Índice de Prescrição				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Judiciária – 2º grau / Corregedoria Geral da Justiça – 1º grau				
Fórmula de Cálculo	Σ de Julgamentos com Prescrição \div Σ de Sentenças de Conhecimento				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar a razão entre o total de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos relativos à Improbidade Administrativa, à Corrupção e aos Ilícitos Eleitorais				
Situação Atual	0,65%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,65%	0,63%	0,61%	0,59%	0,57%	0,55%
2021	0,08%				
2022 – 1º GRAU	0,06% (jan a jun/2022)		Indicador Geral (PJMA) 0,05%		
2022 – 2º GRAU	0,00% (jan a jun/2022)				

V. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções de Consensuais para os Conflitos

Indicador	Índice de Conciliação				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos e Soluções de Conflitos				
Fórmula de Cálculo	Σ de sentenças homologatórias de acordo \div Σ de sentenças				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças				
Situação Atual	11,6%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
13,0%	15,0%	17,0%	19,0%	21,0%	23,0%
2021	8,32%				

2022	9% (jan a jun/2022)
------	---------------------

Indicador	Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos e Soluções de Conflitos				
Fórmula de Cálculo	\sum de audiências de conciliação e mediação realizadas nos CEJUSCs \div (\sum de processos de conhecimento não criminais remetidos para os CEJUSCs + \sum de procedimentos pré-processuais de resolução de conflitos novos ingressados nos CEJUSCs)				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o total de audiências realizadas nos CEJUSCs, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos no CEJUSC				
Situação Atual	12,98%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
22,0%	32,0%	42,0%	52,0%	62,0%	72,0%
2021	45%				
2022	19% (jan a jun/2022)				

VI. Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios

Indicador	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas / Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão - CIJEMA				
Fórmula de Cálculo	(Data de publicação do acórdão no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Data da afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) \div \sum de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas com acórdãos publicados no ano <i>*Para verificar todas as componentes do cálculo é necessário consultar o Glossário dos Indicadores de Desempenho do CNJ</i>				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Dias				
Polaridade	Melhor para Baixo				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para identificar o tempo decorrido entre a afetação/admissão e publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdãos publicados no ano				
Situação Atual	272 dias				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
272	262	252	242	232	222
2021	0*				

2022	0*
------	----

* Não houve publicação de acordo de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas no período

Indicador	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas / Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão – CIJEMA					
Fórmula de Cálculo	(Data de publicação do acórdão no Incidente de Assunção de Competência - Data da afetação/admissão do Incidente de Assunção de Competência) ÷ \sum de Incidentes de Assunção de Competência com acórdãos publicados no ano <i>*Para verificar todas as componentes do cálculo é necessário consultar o Glossário dos Indicadores de Desempenho do CNJ</i>					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Dias					
Polaridade	Melhor para Baixo					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para identificar o tempo decorrido entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência, em relação ao total de IACs com acórdãos publicados no ano					
Situação Atual	69					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
69	69	69	69	69	69	
2021	184					
2022	0*					

* Não houve publicação de acordo de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas no período

VII. Promoção da Sustentabilidade

Indicador	Índice de Sustentabilidade
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça
Responsável pelo controle e resultado	Núcleo Socioambiental
Fórmula de Cálculo	Conforme descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário <i>*A Resolução CNJ nº 201/2015 traz no rol de indicadores a serem monitorados nos Planos de Logística Sustentável informações que são mensuradas em 15 categorias diferentes</i>
Periodicidade	Anual
Unidade	Percentual
Polaridade	Melhor para Cima
Onde Medir	No Estado do Maranhão
Por que medir	Para avaliar, em uma única Quem mede / Responsável pelo controle e Resultado, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, comparação objetiva entre os tribunais
Situação Atual	30,5%
Metas	

2021	2022	2023	2024	2025	2026
55,0%	59,1%	63,3%	67,4%	71,6%	75,7%
2021	52,30%				
2022	Resultado ainda não divulgado pelo CNJ				

VIII. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Indicador	Taxa de Encarceramento					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	UMF – Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão					
Fórmula de Cálculo	[(\sum de Presos provisórios + \sum de Presos condenados) \div \sum de habitantes] x 100.000					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Número					
Polaridade	Melhor para Baixo					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para indicar o total de presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes.					
Situação Atual	171,2					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
169,7	168,2	166,7	165,2	163,7	162,2	
2021	164.62					
2022	169.43 (jan a jun/2022)					

IX. Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Indicador	Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização					
Fórmula de Cálculo	$(\sum$ da pontuação alcançada nos eixos “Governança”, e “Dados e Tecnologia” \div \sum da pontuação máxima nos eixos “Governança”, e “Dados e Tecnologia”) x 100					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para indicar o Selo do CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia.					
Situação Atual	67,45%					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	

70,0%	72,0%	74,0%	76,0%	80,0%	85,0%
2021	69,31%				
2022	Resultado ainda não divulgado				

X. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicador	Índice de Absenteísmo-doença					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos					
Fórmula de Cálculo	\sum de dias de ausência por motivo de saúde (própria ou familiar) de magistrados e servidores \div (\sum de quantidade de dias no ano x \sum da quantidade de magistrados e servidores no final do período)					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Baixo					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para mensurar o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria					
Situação Atual	2,8%					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	
2021	1%					
2022	2,26% (jan a jun/2022)					

Indicador	Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos					
Fórmula de Cálculo	\sum das participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho \div (\sum da Força de trabalho de magistrados, servidores e auxiliares x \sum da Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias)					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para mensurar o percentual da força de trabalho do tribunal envolvidos em ações de qualidade de vida no trabalho					
Situação Atual	8,00%					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
10,0%	20,0%	30,0%	40,0%	50,0%	60,0%	
2021	8,3%					

2022	43,30% (jan a jun/2022)
------	-------------------------

Indicador	Índice de Capacitação de Magistrados				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos / ESMAM – Escola da Magistratura do Maranhão				
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{ de magistrados capacitados } \div \sum \text{ de magistrados}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para garantir capacitação, reciclagem e novos conhecimentos para os magistrados				
Situação Atual	218,4%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
218,4%	218,4%	218,4%	218,4%	218,4%	218,4%
2021	182,8%				
2022	151% (jan a jun/2022)				

Indicador	Índice de Capacitação de Servidores				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos / ESMAM – Escola da Magistratura do Maranhão				
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{ de servidores capacitados } \div \sum \text{ de servidores}) \times 100$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para garantir capacitação, reciclagem e novos conhecimentos para os servidores				
Situação Atual	42,4%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
46,6%	51,3%	56,4%	62,0%	68,2%	75,0%
2021	67,9%				
2022	39,50% (jan a jun/2022)				

Indicador	Índice de Favorabilidade da satisfação dos servidores e magistrados (Pesquisa de Clima)				
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos do TJMA				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Recursos Humanos				
Fórmula de	$(\text{Pontuação Obtida } \div \text{ Pontuação Máxima}) \times 100$				

Cálculo					
Periodicidade	A cada Biênio				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação dos servidores e magistrados e identificação do potencial de melhoria do Clima Organizacional no Tribunal				
Situação Atual	73,9%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
-	77,6%	-	81,3%	-	85,0%
2021	-				
2022	Resultado ainda não divulgado				

XI. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Indicador	Índice de Dotações para Despesas Obrigatória				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Financeira				
Fórmula de Cálculo	(Dotação inicial na Lei Orçamentária Anual para despesas obrigatórias ÷ Dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual) x 100				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar o percentual de comprometimento dos recursos aprovados na lei orçamentária com as despesas obrigatórias, revelando, por consequência, as restantes disponibilidades para as despesas sobre as quais a administração tem discricionariedade na utilização				
Situação Atual	76,9%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
76,9%	76,9%	76,9%	76,9%	76,9%	76,9%
2021	74,9%				
2022	78% (jan a abr/2022)				

Indicador	Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Financeira				
Fórmula de Cálculo	(Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias ÷ Dotação atualizada para despesas discricionárias) x 100				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				

Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para indicar o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinadas às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária					
Situação Atual	70.6%					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
70.6%	70.6%	70.6%	70.6%	70.6%	70.6%	
2021	71,4%					
2022	53% (jan a jun/2022)					

Indicador	Índice de Execução das Dotações para Projetos					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria Financeira					
Fórmula de Cálculo	$(\text{Montante empenhado de dotações para projetos} \div \text{Dotação atualizada para despesas com projetos}) \times 100$					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					
Onde Medir	No Estado do Maranhão					
Por que medir	Para indicar o grau de aproveitamento das dotações para despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com a capacidade da administração de executar seus investimentos e o acerto nas priorizações					
Situação Atual	10,1%					
Metas						
2021	2022	2023	2024	2025	2026	
10,1%	10,1%	10,1%	10,1%	10,1%	10,1%	
2021	39,5%					
2022	47% (jan a jun/2022)					

XII. Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Indicador	IGovTIC-JUD					
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça					
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Informática e Automação					
Fórmula de Cálculo	Conforme Resolução CNJ nº 370/2021					
Periodicidade	Anual					
Unidade	Percentual					
Polaridade	Melhor para Cima					

Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar a pontuação alcançada da maturidade da Governança da TIC				
Situação Atual	0,86				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,87	0,88	0,89	0,90	0,91	0,92
2021	69,62%				
2022	69,63% (jan a jun/2022)				

Indicador	Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total				
Quem mede	Conselho Nacional de Justiça				
Responsável pelo controle e resultado	Diretoria de Informática e Automação				
Fórmula de Cálculo	$(\sum \text{de casos pendentes eletrônicos} \div \sum \text{de casos pendentes})$				
Periodicidade	Anual				
Unidade	Percentual				
Polaridade	Melhor para Cima				
Onde Medir	No Estado do Maranhão				
Por que medir	Para mensurar o total de casos eletrônicos em relação ao acervo total				
Situação Atual	71,3%				
Metas					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
80,9%	90,4%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2021	74,4%				
2022	88,03% (jan a jun/2022)				

5.2 Sugestão de inclusão de novos indicadores

Solicitado que o IRDR/IAC seja mensurado pelo Tempo Médio no último triênio -
Requerente Marcela Santana Lobo

6. Anexos

- Apresentação da II RAE composta pelos indicadores, metas audaciosas, macrodesafios e Projetos Estratégicos PE 2021-2026;
- Lista de Presença assinada

7. Observações

- A estrutura de audiovisual (caixa de som, microfone, tela de projeção e projetor holográfico), indispensáveis na organização e execução do evento, estão com tecnologias defasadas e apresentando diversos defeitos, como mau contato e

ruídos, o que impactou negativamente no andamento das apresentações da II RAE/2022.

São Luís, 21 de julho de 2022